

**PUERTOS FLUVIALES ANTIGUOS:
CIUDAD, DESARROLLO
E INFRAESTRUCTURAS**

**IV JORNADAS
DE ARQUEOLOGÍA
SUBACUÁTICA**

ACTAS

PUERTOS FLUVIALES ANTIGUOS: CIUDAD, DESARROLLO E INFRAESTRUCTURAS

ISBN: 84-482-3606-8

Depósito Legal: V-3980-2003

Colaboran en la edición:

Direcció General de Patrimoni Artístic. Generalitat Valenciana

Departament de Prehistòria i d'Arqueologia.

Facultat de Geografia i Història. Universitat de València.

ACOPAH. Asociación para la defensa del Patrimonio Artístico.

Fundación IPEC. Instituto Portuario de Estudios y Cooperación de la Comunidad Valenciana.

Autoridad Portuaria de Valencia

CAM, Caja de Ahorros del Mediterráneo

Este capítulo pertenece al libro Puertos Fluviales Antiguos: Ciudad, Desarrollo e Infraestructuras

Los autores son los que figuran en el encabezamiento de cada artículo.

O PORTO DE MYRTILIS

CÂNDIDA SIMPLÍCIO

PEDRO BARROS

Instituto Português de Arqueologia – Extensão de Silves

VÍRGILIO LOPES

Campo Arqueológico de Mértola

En este trabajo se hace un recorrido por la arqueología de Mertola, “Iulia Myrtilis”, importante centro comercial situado en el último tramo navegable del río Guadiana. Ciudad ocupada al menos desde el siglo VII a. C., se estudian primero los edificios urbanos documentados, pertenecientes a los siglos I a V d. C., que incluyen dos depósitos de ánforas, uno republicano y otro altoimperial.

A continuación se analizan las estructuras halladas junto al río, relacionadas con la existencia de un puerto fluvial: la Torre do Río, restos de un “puente” fortificado con seis arcos, que unía la ciudad con el Guadiana, de la que se discute su funcionalidad; la Torre Semicircular, seguramente en relación con la muralla que protegía la zona portuaria; pozos, galerías y cisterna destinados a la captación de agua dulce conectados con el interior de la ciudad. Prospecciones subacuáticas han proporcionado datos sobre una plataforma con gradas de acceso al río, quizás lugar de embarque y desembarco de mercancías, y puntos de amarre para naves, tallados en la roca de la ribera del río.

0.-INTRODUÇÃO

O rio Guadiana nasce no Campo Montiel, em Espanha e desagua no Atlântico na costa Sul de Portugal depois de percorrer cerca de 800 km. É navegável desde a foz até Mértola numa distância de cerca de 66 km. A montante da vila o acidente geológico do Pulo do Lobo com um desnível de catorze metros, impede a progressão de embarcações para norte, pelo que Mértola adquire importância fundamental como último porto de acostagem. Neste troço navegável o rio apresenta-se em vale profundo, de vertentes abruptas e percurso sinuoso. O regime violento e irregular do rio restringe a navegação durante o período de cheias ao longo de todo o percurso, no entanto, esta faz-se com dificuldade, mesmo em épocas normais, no último troço que antecede Mértola. Contrariamente aos portos de *Olisipo* e *Hispalis*, localizados junto à foz de rios e sujeitos a grandes assoreamentos, o Porto de Mértola ter-se-á mantido inalterável do ponto de vista geomorfológico e de regime ao longo dos tempos. As populações que aí habitaram e se sucederam terão tido, por isso, idênticos problemas de superação das dificuldades de passagem, navegação, embarque e desembarque.

A história do burgo de Mértola foi fortemente condicionada por dois factores, que moldaram a sua ocupação e a sua importância ao longo do tempo. Em primeiro lugar, a sua localização estratégica: implantado no topo de uma elevação ladeada pelo rio Guadiana, a nascente, e pela ribeira de Oeiras, a poente, possuía excelentes condições naturais de defesa. Em segundo, o ser ponto extremo da navegabilidade do rio Guadiana (Fig. 1). Esses factores tornaram Mértola um importante entreposto mercantil, em permanente contacto com um vasto território interno, o círculo do estreito de Gibraltar e o não menos vasto Mar Mediterrâneo. Pelo porto da cidade escoava-se, por exemplo, o ouro, a prata e o cobre extraídos das entranhas da faixa piritosa ibérica (Oliveira e Oliveira, 1996, 11) em particular os minerais provenientes das minas de S. Domingos, localizadas na margem esquerda do Guadiana, de *Vipasca* (Aljustrel) ou dos «chapéus de ferro», explorados na zona a Oeste de Mértola, estando certamente relacionados com a exploração e transporte desse minério os *castella* localizados nesta área (Maia, 1986, Maia, 1996). E, claro está, ao porto arribavam as gentes de mil paragens e os mais diversos produtos e artefactos.

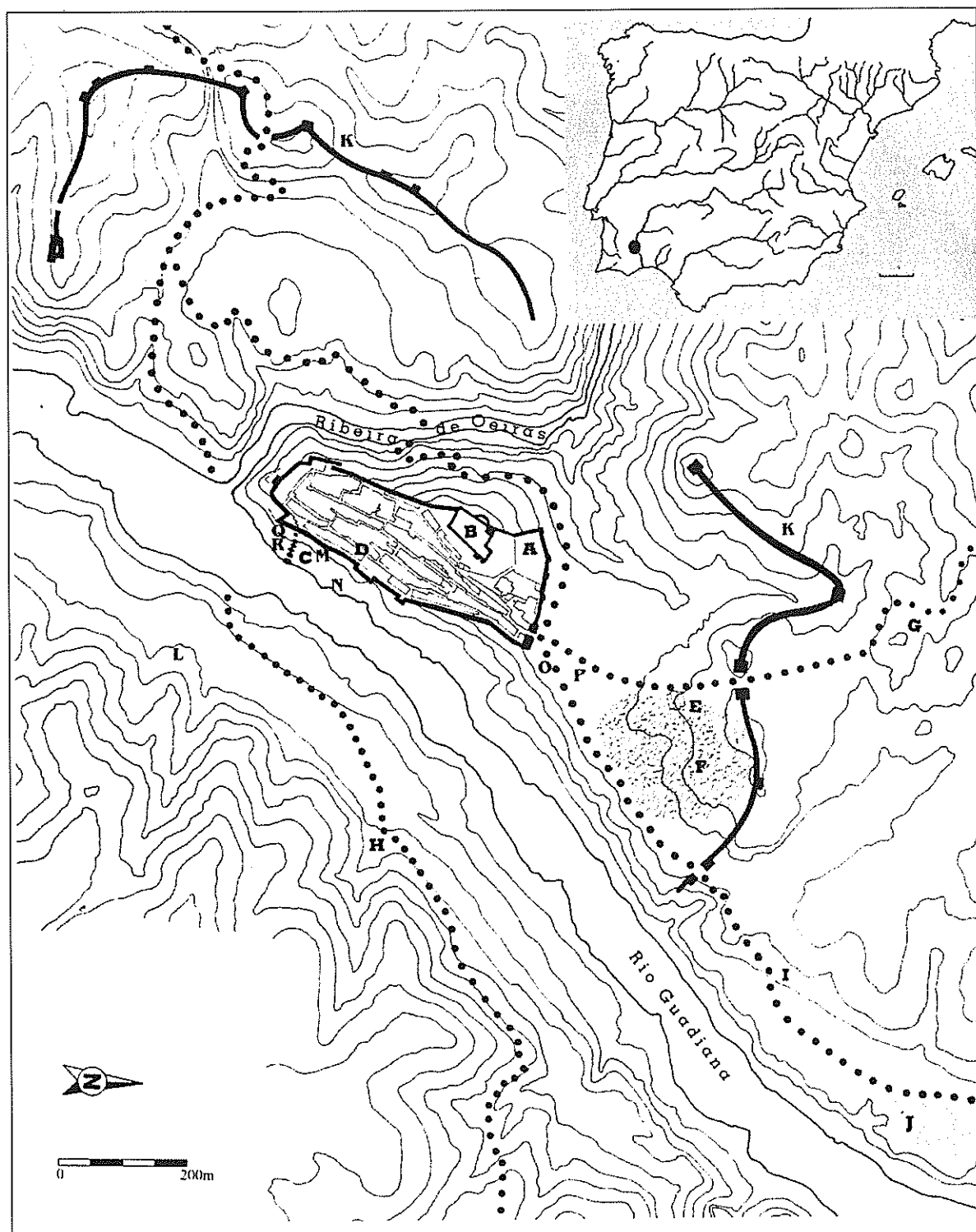


Fig. 1. Map de localização e das principais estruturas de Mértola; A. Forum; B. Castelo; C. Torre do Rio; D. Casa romana; E. Basílica paleocristã; F. Necrópole romana do rossio do Carmo; G. Via Myrtilis - Pax Iulia; H. Via Myrtilis - Minas S. Domingos; I. Variante da via Myrtilis - Pax Iulia; J. Achada de S. Sebastião; K. Muralha pré-romana; L. Depósito de ânforas de Além-Rio; M. Torre semicircular; N. Poços (zona 33); O. Depósito de ânforas (?) Mercado Municipal; P. Depósito de ânforas Rua Serrão Martins; Q. Ponto de amarração; R. Cais escavado na rocha

1.- A CIDADE (Fig. 2)

A importância de Mértola como centro regional ligada ao comércio, anterior ao período romano, é hoje indiscutível. Prova-o, arqueologicamente, o significativo conjunto de cerâmicas áticas encontradas em vários locais do casco urbano desta vila, datadas dos finais do século V – IV a. C. (Arruda, Barrós, Lopes, 1998) e sondagens realizadas recentemente revelaram um importante conjunto defensivo situado na parte norte da então cidade.

Esta imponente construção arranca dum cerro sobranceiro ao Guadiana (local onde se fizeram as sondagens), percorre os cerros fronteiros a Mértola, e termina a sul do Convento de S. Francisco (Convento Velho), onde ainda são visíveis restos de muros com cerca de metro e meio de altura, pertencentes, possivelmente, a um fortim de planta trapezoidal, claramente posterior ao primeiro recinto. Desta forma, a estrutura criava uma zona de protecção e de monumentalização da cidade na margem direita do rio Guadiana. Não é de excluir a hipótese de que este sistema defensivo se prolongasse paralelamente ao rio, e que, na zona do casco antigo, coincidissem com o traçado da actual muralha, em direcção ao local onde se fizeram as sondagens. A extensão total é de cerca de 4 Km, o que equivale a um recinto fortificado de 70 hectares.

A muralha ronda os cinco metros de largura e apresenta 1,5 Km. de extensão conservada. As duas torres semicirculares, parcialmente escavadas, têm uma largura de 4 e 6 metros respectivamente e, nas áreas onde se procedeu à feitura de cortes transversais, a muralha tinha entre 10 e 15 metros de largo.

Esta muralha foi edificada com materiais de construção locais, constituídos por uma alvenaria de xisto com ligante de terra ou barro. Na parte interior foram construídos vários muros paralelos, dispostos em socalcos. No exterior das torres semicirculares foi observada a construção de muros radiais. Esta técnica construtiva de muros paralelos conferia à construção maior largura e possivelmente maior altura.

As sondagens efectuadas nos torreões revelaram a fragilidade da estrutura que, pelo que é dado observar, foi alvo de várias reconstruções. Estas incidiram especialmente no reforço da mesma, pois



Fig. 2. Vista geral de Mértola

o xisto empregue é bastante friável, desfazendo-se com grande facilidade. Para superar esta dificuldade, os construtores levantaram muros paralelos para o reforço dos preexistentes. Num caso, verificou-se que a face exterior tem os alicerces implantados numa cota inferior à dos restantes muros.

Os materiais arqueológicos recolhidos no exterior da muralha são de reduzido número, pelo que constituem elementos pouco seguros para o estabelecimento de uma cronologia precisa. No entanto, apontam-nos horizontes cronológicos que vão desde o século VII a V a. C. Um fragmento da chamada cerâmica de «engobe vermelho» permite-nos colocar como hipótese a existência de uma ocupação anterior à construção da muralha. Foram também exumados alguns fragmentos de cerâmica comum enquadráveis cronologicamente no Alto Império. Estes últimos elementos permitem-nos pensar que a muralha, ou pelo menos alguns panos desta, ainda estariam visíveis em época republicana.

A romanização da cidade deverá ter tido início, possivelmente, nos finais do século III inícios do II a.C.. A atestá-lo estão os materiais arqueológicos encontrados no subsolo da vila de Mértola, nomeadamente, um importante conjunto de cerâmicas campanienses, até ao momento o maior conjunto deste tipo de materiais encontrado no actual território português (Luís, 2000) e o depósito de ânforas republicanas encontrado em Além-Rio, em 1904, e escavadas por Bernardo de Sá (Vasconcelos, 1904, 95 - 96).

Uma outra fonte para o conhecimento de *Myrtilis* são os numismas cunhados nesta cidade.

Assim, segundo A. Faria, «estas moedas cunhadas localmente, são dos mais toscos batidos na Hispânia romana datáveis entre 70 e 40 a. C.» (FARIA, 1995, 149), J. Alarcão, aponta uma cronologia distinta, próxima ao ano de 45 a. C. (Alarcão, 1985, 101).

A importância da cidade é atestada pela estatuária encontrada em Mértola, como uma cabeça do Imperador Augusto, a par de oito ou dez outras estátuas aparecidas no século XVI e referidas por André de Resende, quando se procedia à construção da igreja da Misericórdia, templo que se situa junto à porta fluvial da urbe (Cardoso, 1971, 183).

Prova inquestionável da romanização da cidade é a atribuição de *Latium Vetus*. Segundo José d'Encarnação, deve-se a Augusto a municipalização de Mértola (Encarnação, 1984, 743) no entanto, J. Alarcão, defende a concessão de tal estatuto por Júlio César. A atestar esta última hipótese está o facto do nome oficial da cidade ter sido registada por Ptolomeu II, 5, 4, como *Iulia Myrtilis* (ou *Myrtilis Iulia* como parece ler-se em moedas cunhadas localmente) (Alarcão, 1985) e, ainda, a circunstância de cidadãos mirtilenses estarem inscritos na tribo Galéria (CIL VI, 1455 e 1456). Uma homenagem imperial correspondente a uma dedicatória dos *municipes municipii myrtilensis* feita *ex decreto decurionum* documenta o estatuto da cidade (Encarnação, 1984, 157-159).

A identificação com a actual Mértola não é contestada, confirmando-a os achados arqueológicos daí provenientes, alguns dos quais resultantes de escavações recentes (Guerra, 1995, 98).

As referências documentais existentes sobre Mértola cingem-se às seguintes: PLIN. 4, 116 «Refere Varrão (...) entre os promontórios Sacro e Cúmneo, os ópidos de Ossónoba, Balsa e Mírtilis». PLIN. 4, 117 «O município de cidadãos romanos é Olisipo, cognominado *Felicitas Iulia*; os ópidos de direito latino antigo são Ébora, também chamada *Liberaltas Iulia*, Mírtilis e Salácia», (Guerra, 1995, 34 - 35). Segundo este autor «*Myrtilis* – é, como as duas anteriores (Ossónoba e Balsa), uma cidade turdetana que Ptolomeu (2, 5, 5) apresenta como *Ioulia Myrtilis*. O ITIN. de Anton. Aug. 431, 6, situa-a na via de *Baesuris Pace Iulia per compendium*. MELA 3, 7 coloca-a no *ager Cuneus* e PLIN. 4, 117 considera-a um *oppidum ueteris Latii*» (Guerra, 1995, 98).

Para a topografia histórica do período romano são poucos os elementos seguros de que dispomos, circunstância que se fica a dever ao facto de só pontualmente terem sido escavados níveis de ocupação dessa época histórica. Daí que, por exemplo, seja ainda pouco profundo o conhecimento que temos do *forum* de *Myrtilis*. Por outro lado, mesmo quando se atingem níveis do período republicano e imperial, não se apresenta como tarefa fácil a distinção dos diversos estratos ocupacionais, dada a continuidade histórica que o local conheceu, cuja ocupação recua ao período pré-romano e se estende até hoje, sendo o mesmo espaço sucessivas vezes redimensionado e adaptado às novas funções e necessidades. Não obstante, na área do *forum* foram identificadas uma basílica, um possível templo nas proximidades onde se levantariam, mais tarde, a mesquita e a igreja cristã, e ainda o criptopórtico (Torres e Oliveira, 1987) que suportava o limite norte da referida praça. Na parte virada a nascente os trabalhos arqueológicos trouxeram à luz do dia uma possível porta de acesso ao *forum* e ainda um conjunto de seis arcossólios que possivelmente delimitavam esta praça, ou seriam o elemento estruturante de uma plataforma artificial capaz de vencer a forte pendente da topografia original.

Pelos dados disponíveis, pensamos que o *forum* ocuparia uma área aproximada de cerca de 2100 m², porém, se considerarmos que a porta se localizava na parte central, esta área duplicaria, leitura que é uma mera hipótese de trabalho e carece de confirmação arqueológica. No entanto, são vários os elementos arquitectónicos de grandes dimensões que nos deixam antever a existência de edifícios monumentais, estamos a referir-nos a fragmentos de colunas, capitéis, impostas, bases e silhares de mármore ou granito que posteriormente foram reutilizados.

Sobre o urbanismo de *Myrtilis* há a acrescentar a casa romana escavada pela equipa do Campo Arqueológico de Mértola na década de oitenta do século XX, onde hoje está instalado o núcleo romano do Museu de Mértola. Ao assentar os alicerces, em betão armado, das novas estruturas arquitectónicas dos Paços do Concelho foram postos a descoberto os restos de uma habitação desta época. A escavação arqueológica, pela impossibilidade de prosseguir sob as construções vizinhas, não conseguiu responder a

todas as questões. No entanto, sabemos através do espólio arqueológico que a casa teve dois níveis de ocupação; possivelmente de época imperial, e um outro, posterior às crises do século III d. C.

O *impluvium*, mais antigo, cujo revestimento desconhecemos foi completamente recoberto por um *opus caementicium* compacto ainda hoje visível, com o objectivo de o adaptar a tanque ou lago interior. Os vários compartimentos da habitação organizam-se em volta de um pátio. A leitura deste espaço suscita algumas dúvidas, principalmente no que respeita às aberturas ao exterior, para as quais não existe confirmação arqueológica.

Não era, certamente, uma casa luxuosa nem, tão-pouco, obviamente, um casebre. Seria uma entre várias outras que, ao longo da rua principal da cidade, serviam de habitação a comerciantes.

Os dados de escavações arqueológicas de emergência, levados a cabo em 1999 na rua Serrão Martins, vêm atestar a existência de estruturas urbanas na zona extra-muros ligados à actividade comercial, o mesmo se veio a confirmar na zona da Arrochela, onde a presença de vestígios arqueológicos, enquadrados em estruturas habitacionais, são testemunhos que contribuem para uma nova leitura do urbanismo do período romano, até ao momento apenas razoavelmente apercebido no recinto intra-muros. (Lopes, 2000, 20)

No que respeita ao mundo dos mortos, a cidade possuía duas necrópoles, uma nas encostas do Rossio do Carmo, nas imediações da via que fazia a ligação a *Pax Iulia*, e a outra da Achada de S. Sebastião. Da primeira, são visíveis uma dezena de sepulturas escavadas na rocha, tendo sido exumada uma lucerna com um enquadramento cronológico datável dos fins do século I e II d.C. (Lopes, 1993, 83). Na segunda das necrópoles referidas, foram escavadas aproximadamente três centenas de sepulturas, com uma abrangência cronológica compreendida entre o século I e o V d.C. (Lopes, 1999, 95) que se estendiam por uma vasta área de terrenos xistosos, junto à margem direita do rio Guadiana, e era delimitada, a noroeste, por uma cadeia de cerros de ligeira elevação.

Nas proximidades da necrópole passava uma variante da estrada que ligava *Myrtilis* a *Pax Iulia* que serpenteava a margem do Guadiana até ao barranco de S. Brás, inflectindo depois para o vale de Évora. Neste ponto, ligava-se à via principal, que

passava junto ao Rossio do Carmo, e prosseguia para o interior, em direcção às povoações de Corte Gafó de Baixo, Monte Mosteiro, seguindo depois para Beja. Para além desta via, de maior envergadura, existiam outros dois grandes eixos viários de ligação de Mértola ao interior alentejano: um primeiro, em direcção às principais minas da faixa piritosa ibérica, localizadas a Oeste; e um segundo, que punha em contacto a antiga *Myrtilis* com as localidades existentes a nascente, na margem esquerda do Guadiana. A definição deste último eixo viário, no que ao seu trecho inicial diz respeito, é indissociável da exploração mineira de S. Domingos, da intensa lavra levada a cabo no local e consequente transporte dos minérios extraídos para o porto fluvial de *Myrtilis*, (Torres 1993, 191)

2.-OS DEPÓSITOS DE ÂNFORAS

Ao longo dos tempos foram identificados vários depósitos de ânforas que nos atestam a actividade comercial. Neste âmbito, em 1904 foi feita por Bernardo de Sá uma escavação de emergência em Além-Rio, perto do fontanário público que se circunscreveu a uma área de 6,5 x 5 m. dividida em dois recintos por uma parede de alvenaria de xisto. O limite Este era constituído por uma parede de idêntica estrutura e o Oeste pela rocha da base afeiçoada (SÁ, 1904).

O conjunto de ânforas foi estudadas por C. Fabião que as classificou em: Classe 5 (Dr. I-C) e Classe 8 (Var. Lamb. 2). As primeiras enquadram-se nas ânforas vinárias do período republicano, enquanto as segundas poderiam também transportar vinho, embora não seja de excluir a hipótese de se destinarem ao transporte de outros produtos alimentares. Quanto a cronologias este autor enquadra as primeiras entre os fins do século II e os meados do I a. C., e as segundas no período republicano (Fabião, 1987, 144)

Em inícios de Setembro de 1999, no seguimento dos trabalhos de acompanhamento da obra de remodelação de uma casa sita na Rua Serrão Martins, foram detectados restos de estruturas e de materiais cerâmicos. Os trabalhos realizados puseram a descoberto um conjunto de ânforas do período romano (séculos I-II d. C.), que se encontravam depositadas entre dois muros que

faziam parte, aparentemente, de um depósito/armazém de uma casa romana.

As ânforas recolhidas sugerem tipologias relacionadas com a importação de vinho e de azeite da região da Bética (formas Dressel 14 e 20) que se encontram expostas no núcleo romano do Museu de Mértola.

Nas imediações do actual Mercado Municipal de Mértola, obras realizadas no subsolo puseram a descoberto uma considerável quantidade de fragmentos de ânforas. Infelizmente, apenas conhecemos a notícia do seu aparecimento, não existindo registo algum que a documente. No entanto, este dado deve ser tido em consideração na cartografagem dos locais de armazenamento e/ou comercialização na cidade de Mértola.

3.-MÉRTOLANO PERÍODO TARDO-ROMANO

No período tardo-romano *Myrtilis* manteve a sua importância económica. Os dados arqueológicos revelam que a actividade económica do porto de Mértola não decaiu e a atestá-lo estão as diversas importações de cerâmicas do Médio Oriente (Delgado, 1992, 125). Na cidade, nos finais do século V d. C., constrói-se a basílica paleocristã de dupla ábside do Rossio do Carmo. Nela fazem-se enterrar um importante conjunto de pessoas originárias do Mediterrâneo Oriental. A zona do *forum* transforma-se e adapta-se às novas necessidades do cristianismo. Um imponente baptistério octogonal e os restos dum sumptuoso conjunto musivo dão-nos conta da importância desta cidade na Antiguidade Tardia.

Na zona ribeirinha as estruturas monumentais que passamos a abordar de seguida inscrevem-se assim neste período e dão-nos conta da importância que a zona portuária possuía nesta época.

Tudo leva a crer que o actual amuralhamento que envolve a urbe segue de perto o traçado do perímetro fortificado de *Myrtilis*. No entanto, os paramentos das muralhas sofreram certamente remodelações e arranjos com o decorrer dos anos.

3. 1.—A Torre do Rio (Fig. 3)

De todo o conjunto monumental das muralhas é paradigmática das técnicas construtivas do período romano a designada Torre do Rio (também chamada torre couraça). Trata-se de uma torre

constituída por seis arcos (dos quais apenas se conserva a zona do arranque) que ligavam os seus pilares à muralha da cidade na zona da *porta da ribeira*. Esta construção permitia, assim, ligar o espaço intramuros com o rio Guadiana.

As torres, cuja extensão total ronda os 45 metros, têm a planta semicircular a jusante e em forma de quebra-mar para montante, de modo a poder resistir às cíclicas cheias do Guadiana. Trata-se, pois, de uma construção que apresenta um elevado grau de solidez. Com pormenores arquitectónicos a ter em consideração, destaca-se o facto dos dois pilares mais próximos da margem possuírem túneis perpendiculares ao rio, fechados por abóbadas de meio canhão, e do terceiro pilar ser atravessado apenas a meia largura, terminando de forma ovalada.

No interior das torres o enchimento é feito com *opus caementicium*, ou seja, é ligado por uma forte argamassa de cal hidráulica misturada com pequenas lajes de xisto local dispostas. Em toda a sua estrutura encontram-se silhares e fustes de coluna de mármore e de granito reaproveitados de construções anteriores à semelhança do que se verifica no criptopórtico do *forum*, criando um aparelho misto, revelador da adaptação da técnica romana aos materiais disponíveis no local.

No nível superior dos pilares é perceptível o arranque dos arcos que ligariam todo o conjunto, existindo, nos pilares a contar do rio dois, três,

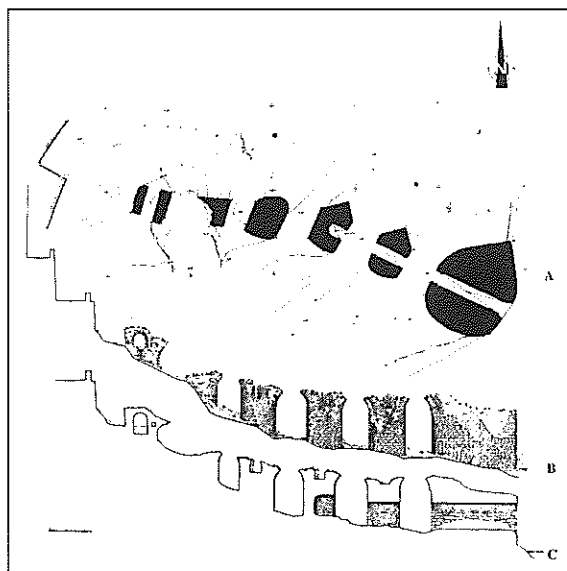


Fig. 3. Torre do Rio. A. Planta; B. Alçado Montante; C. Corte

quatro e seis, a existência de arcos menores, hoje parcialmente destruídos, que teriam como função aliviar a pressão exercida sobre a estrutura, deixando passar parte das águas vindas de montante, diminuindo o impacto da força da corrente. Esta técnica construtiva é adoptada na maior parte das pontes construídas durante o período romano.

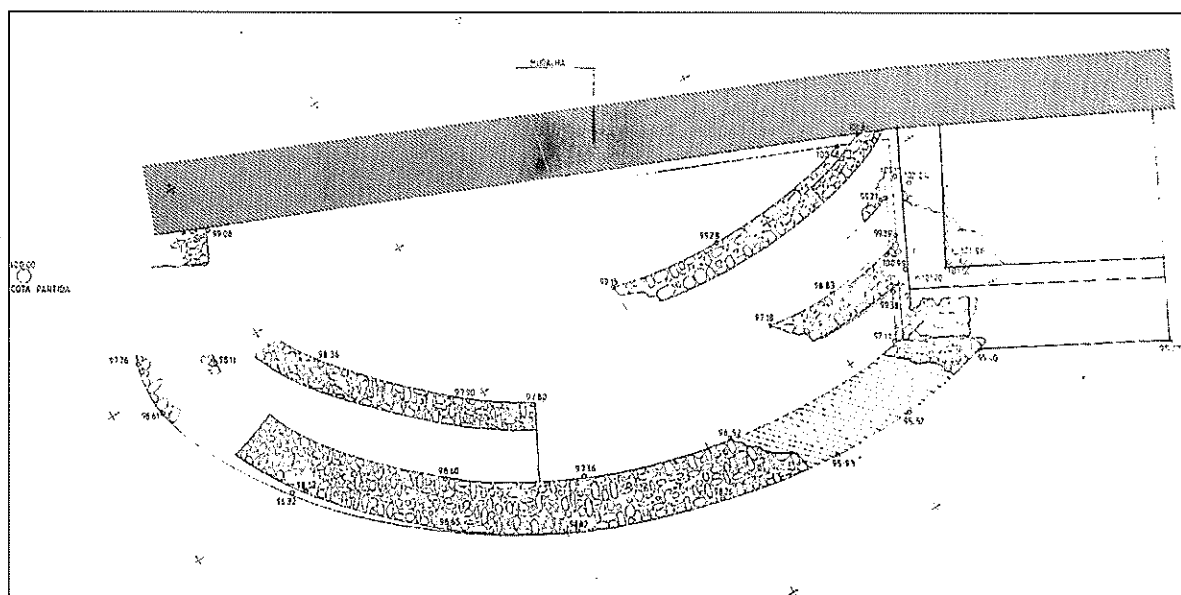
Quanto à cronologia da Torre do Rio é apenas possível, de momento, atribuir uma datação relativa. Tendo em conta que do seu interior foi retirada uma inscrição votiva, reaproveitada na construção e datada do século II d.C. (Valente, 1982) podemos inferir que a edificação deste elemento arquitectónico se poderá situar por volta dos séculos III ou IV d. C.

No que concerne à funcionalidade desta estrutura três hipóteses deverão ser consideradas. Uma das utilizações poderá estar relacionada com a defesa da cidade, de forma a permitir a ligação entre a muralha e o rio, para um melhor aprovisionamento de água, mesmo em situações de assédio militar. Uma segunda, complementar da primeira, relaciona-se com o controlo da zona portuária como refere Vitruvius, no Capítulo XII do Livro Quinto do clássico *De Architectura*, «(...) os portos prestarão naturalmente os melhores serviços se estiverem bem situados e possuírem espigões ou promontórios salientes, a partir dos quais, para o seu interior e segundo a natureza do local sejam

formados ângulos ou curvaturas. (...) De um e de outro lado dos portos deverão ser erguidas torres, a partir das quais, por meio de máquinas, se possa passar correntes de ferro de um lado ao outro.» (Maciel, 1996, 325-326). Esta referência à existência de sistemas de protecção dos portos através de correntes metálicas que, esticadas, na zona da barra e/ou entre as margens, impediam o livre movimento dos navios em certas áreas dos portos fluviais, situação que se adapta perfeitamente ao caso em estudo. Outra hipótese a considerar é o facto de poder estar relacionada com algum mecanismo de elevação (grua) que pudesse servir para a descarga de barcos, encaminhando os produtos pela parte superior, ganhando assim altura para poder vencer o desnível da zona junto ao rio em relação à cota da muralha, mas o aparelho das torres encontra-se destruído na parte superior, o que invalida a confirmação arqueológica desta hipótese de funcionalidade.

3. 2.-A Torre semicircular (Fig. 4)

Um outro importante elemento estruturante do sistema defensivo da zona portuária é o imponente torreão semicircular, associado a um outro de planta rectangular, conjunto situado a escassos 100 metros da Torre do Rio e certamente relacionada com esta. A escavação arqueológica do torreão



decorreu em inícios de 1994, e teve como objectivos a limpeza e aferição da zona, para se estabelecerem opções relativas ao modo como se iria processar o restauro das estruturas.

Nos anos 20/30 do século XX, com o processo de reorganização do acesso portuário à *porta da ribeira* foi construído um amplo miradouro, conhecido pela designação de «cadeirão», que seccionou um troço desta muralha.

As estruturas postas a descoberto com a intervenção arqueológica, e apesar da complexidade das mesmas, parecem revelar o embasamento da muralha romana, formada por um torreão que apresenta várias etapas de construção. Os materiais aí exumados e posteriormente estudados, apontam para um período cronológico bastante largo (desde o século IV a. C. até ao século V d. C.). Assim, a uma primeira fase construtiva, corresponde um torreão quadrangular, sucede uma outra estrutura, mais avantajada, de configuração rectangular (ampliação da face sul do primitivo torreão). A esta nova estrutura, na face sul, é associada outra

construção definida por três muros semicirculares. O primeiro dos muros - mais afastado da actual muralha - é o que apresenta uma maior espessura (com 2,7 m. na base e 1,8 m. no topo); os restantes são mais estreitos (rondam os 90 cm de largura), dado tratarem-se de estruturas de reforço inseridas no interior da construção.

A construção é em alvenaria de xisto, com blocos de dimensões variáveis e forma irregular (sempre com a face exterior claramente facetada). O paramento exterior é constituído por camadas regulares de lajes dispostas horizontalmente que alternam na vertical (em sequências de 40 a 50 cm.) com camadas de pedra dispostas de forma irregular. O interior é composto por *opus caementicium*, que confere à construção uma solidez que lhe permitiu resistir às diversas cheias do Guadiana, cujas águas subiam àquela cota, ultrapassando-a, como foram os casos das grandes cheias de Inverno de 1876 e 1997.

A escavação arqueológica no troço das muralhas viradas ao rio estendeu-se ainda à zona situada jun-

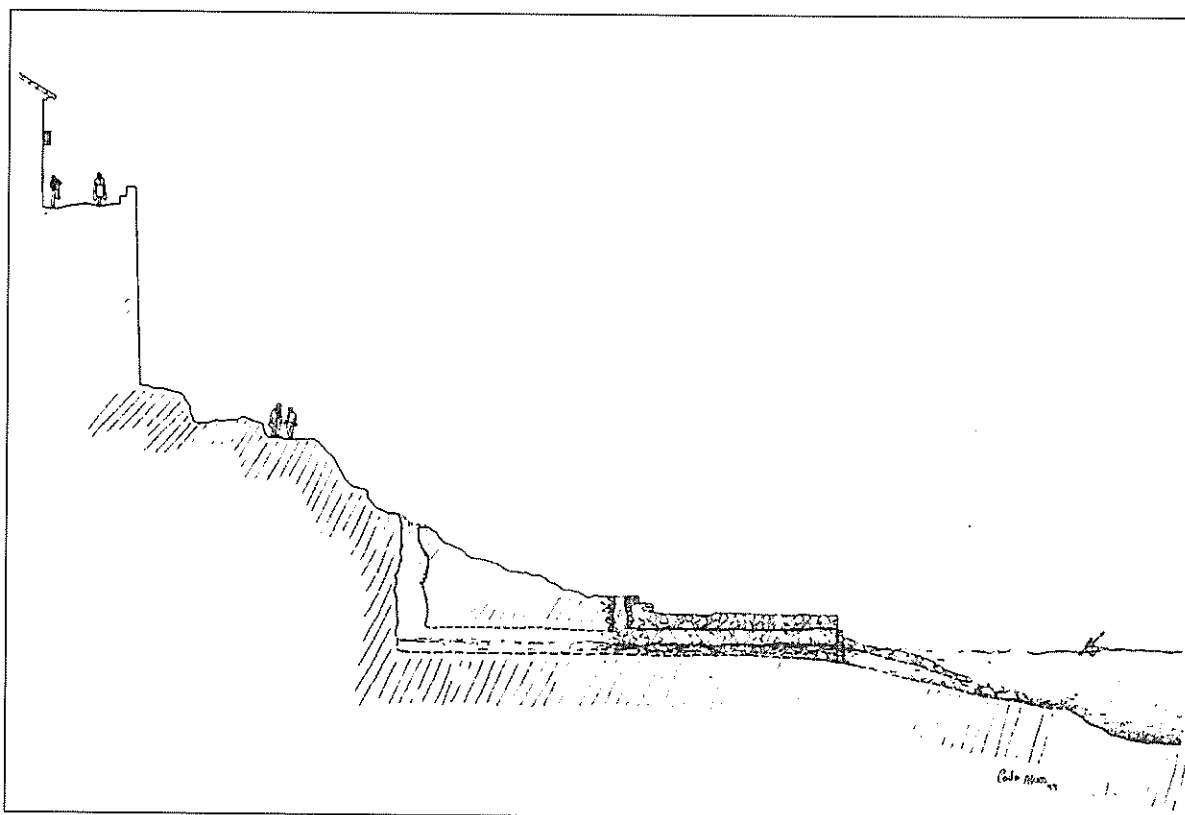


Fig. 5. Poços (zona 33)

to às fundações do antigo edifício do tribunal. Apesar de se ter tratado de uma sondagem, foram detectadas estruturas e materiais cronologicamente enquadráveis no período romano. As escavações efectuadas trouxeram novos dados sobre o sistema defensivo muralha/torre da zona portuária no período tardo-romano, se bem que permaneçam por solucionar problemas de carácter cronológico e funcional, dada a complexidade das estruturas (sucessivamente redimensionadas com os amuralhamentos posteriores, em particular na época almoada) numa complexa sobreposição de diferentes épocas, insuspeita até à intervenção arqueológica.

3. 3.- Os poços (zona 33) (Fig. 5)

Em Maio de 1999 procedeu-se à primeira fase da escavação arqueológica dos poços contíguos à torre do rio, na margem direita do Guadiana, nas imediações do edifício do antigo tribunal, acção que se inscrevia numa campanha de limpeza e valorização das margens do rio e da Torre do Rio, os objectivos consistiram na limpeza dos caminhos pedonais que vão do rio *à porta da ribeira*.

Da estrutura arqueológica, apenas estava inicialmente perceptível uma pequena parcela de um arco e aquilo que mais tarde se veio a identificar como sendo a boca de um poço. Tudo o mais estava coberto com areias trazidas pelas cíclicas cheias do Guadiana.

O sistema de captação de água do rio foi posto a descoberto sendo constituído por um túnel abobadado e dois poços. Junto ao rio o túnel é construído com o xisto local e a argamassa hidráulica, apresenta na sua extremidade, duas concavidades que possivelmente serviriam para a colocação de um sistema de comporta que aprisionava as águas quando a maré estava cheia. No lado oposto, existe um primeiro poço e uma área adjacente, sobre o túnel, coberta com uma espessa camada de *opus signinum*. Daqui, na direcção da muralha, arranca outro túnel escavado na rocha onde foram postos a descoberto cerca de quatro metros. Pensamos que haverá ligação a um outro poço, escavado no afloramento, e no qual os trabalhos arqueológicos já atingiram os seis metros de profundidade. Aí, no entanto, não foi ainda detectado o seu fundo nem as possíveis ligações.

A interpretação provisória que damos a este monumento é a de que se trata de um complexo conjunto de estruturas de condução da água do rio ao interior da urbe, canalizada por túneis e poços até à zona da muralha, não sendo de excluir a hipótese de haver uma cisterna no interior de um torreão da mesma. Esta tem eco no Relato de Obras de Nuno Velho, datado de 1510, que dá conta a El-Rei do estado em que se encontravam algumas estruturas da vila: «Outro sy, Senhor, neste lanço deste muro esta hua torre, em que esta hua cisterna, que toma agoa do rio per hus canos e he coussa muito bõa e ora esta topida (...) porque he grande onra daquele lugar non leixarem perder hua obra tan boa» (Viterbo, 1988, 57).

Este testemunho documental revelou-se extremamente precioso para a compreensão das estruturas parcialmente postas a descoberto, se partimos do princípio de que o autor se refere a este conjunto hidráulico, quando se descreve uma «hua cisterna, que toma agoa do rio per hus canos», muitas das dúvidas são com este relato atenuadas. Quanto ao funcionamento, seria aproximadamente o seguinte: quando a maré enchia, a comporta, da extremidade do túnel, era aberta e a água entrava, depois de passar por um sofisticado filtro, constituído por blocos de xisto de grandes dimensões que terminam numa construção ligada à entrada do túnel por uma sólida argamassa. As águas entrariam e correriam pelos túneis até atingir a cisterna situada na torre pertencente à muralha da vila. Os bocais intermédios poderiam ter a função de poder periodicamente proporcionar uma mais facilitada limpeza e servir também de respiradouros para uma melhor entrada das águas.

As estruturas descritas ficaram enterradas com cerca de dois metros de areia trazida pelo rio, no último Inverno. O mesmo sucederia ciclicamente no passado, obrigando a uma manutenção periódica para assegurar a sua funcionalidade.

Toda a estrutura, implantada no afloramento rochoso, apresenta-se extremamente bem conservada e resistente. A nível construtivo são visíveis vários momentos que denunciam algumas alterações ao programa inicial, nomeadamente a construção dos filtros que separam o túnel inicial da água, o reforço das paredes do mesmo, e a subida do bocal do primeiro poço que já não apresenta o caracterís-

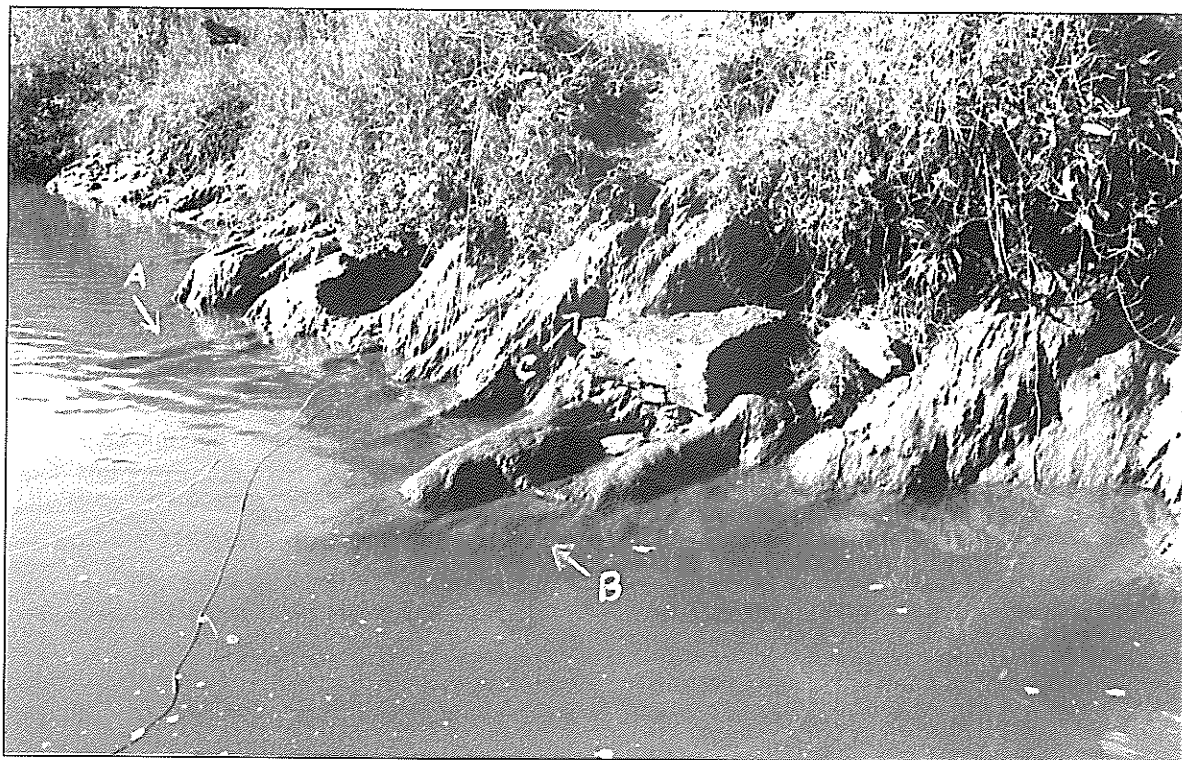


Fig. 6. Cais talhado na rocha junto à Torre do Rio. A- B- C, Rocha escavada

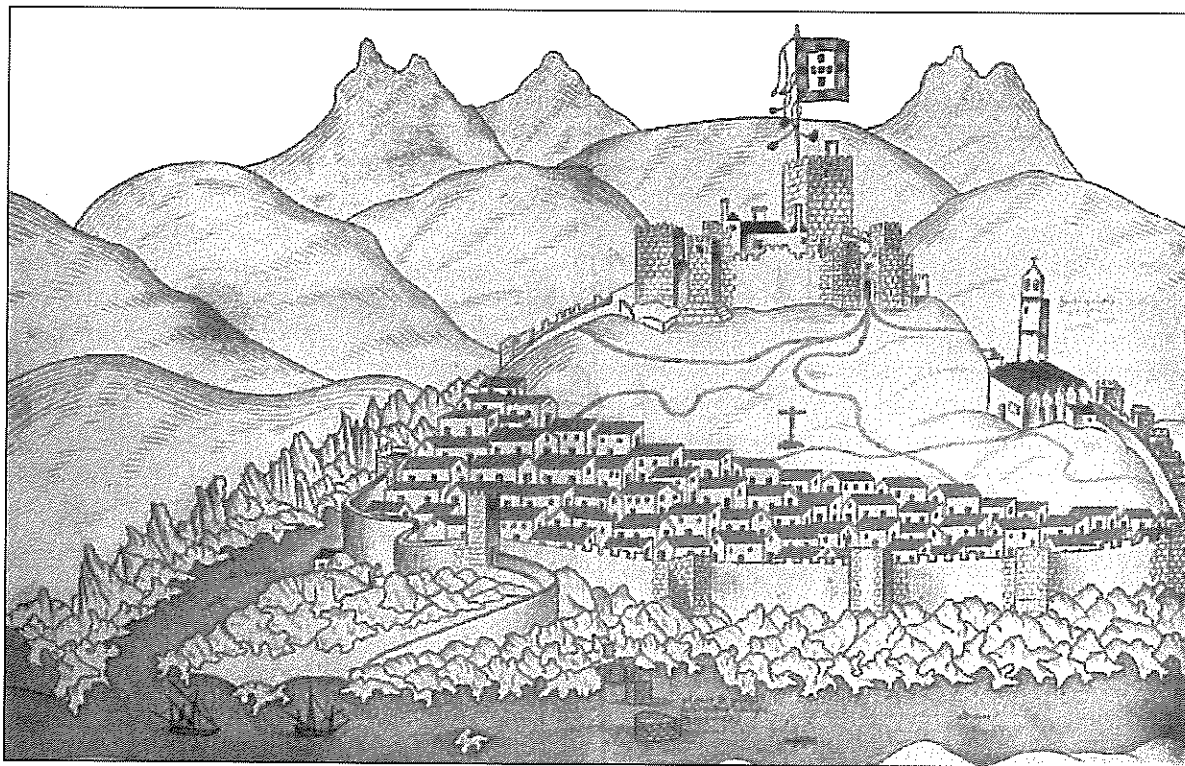


Fig. 7. Gravura de Duarte D'Armas, vista nascente

tico *opus signinum* a revestir a alvenaria de pedra e cal. Quanto à técnica construtiva utilizada na sua edificação, é semelhante à do criptopórtico, da torre do rio e da torre semicircular.

No decurso da escavação arqueológica recolheu-se um numeroso e diversificado espólio, com um horizonte cronológico que vai desde o período romano até ao século XX. No entanto, trata-se de materiais que estão em depósito secundário, ou seja, que foram arrastados pelas cíclicas cheias e se depositaram nas concavidades da construção, principalmente onde as pedras da abóbada estavam em cutelo. Um elemento epigráfico gravado na rocha, do lado direito à entrada do túnel, constituído por alguns caracteres latinos, cuja tradução não foi ainda conseguida, atesta a romanidade desta construção.

O conjunto de indicadores apresentados levamos a atribuir a esta construção uma datação semelhante às anteriormente abordadas, isto é, finais do século III d. C. ou primeira metade da centúria seguinte.

4.-ARQUEOLOGIA DO RIO

Em Outubro de 1998 decorreram no rio Guadiana prospecções subaquáticas. Esta intervenção tinha dois objectivos fundamentais: por um lado inquirir o leito do rio no intuito de aí procurar vestígios da sua relação com o Homem ao longo do tempo. Deste ponto de vista, e numa perspectiva lata de Arqueologia fluvial, interessava-nos todo o tipo de testemunhos, desde cargas e restos de embarcações até materiais relacionáveis com a exploração dos recursos fluviais. Por outro lado interessava-nos testar metodologias de inquérito arqueológico em terreno de extrema dificuldade pela forte corrente, falta de visibilidade e irregularidade da própria topografia do fundo. Em vista tínhamos igualmente a reflexão sobre as condições de preservação de sítios arqueológicos ou materiais em tais ambientes no caso de virem a ser detectados. A área prospectada teve por base os elementos da zona ribeirinha anteriormente referidos, entre a foz da ribeira de Oeiras e as zonas da Torre do Rio e dos poços onde se registaram batimetrias entre os -3 e

os -22 metros respectivamente (Simplicio, Barros, Garcia, 1999).

4. 1.-Um cais talhado na rocha

Do trabalho desenvolvido destacamos a descoberta de um pequeno complexo de acesso à água, que se localiza um pouco a jusante da Torre do Rio (**Fig. 6**), composto por uma plataforma e quatro degraus talhados no xisto,

Não temos, para esta estrutura uma datação e não nos é possível, no estado actual deste estudo, precisar o momento da sua construção, havendo ainda memória da sua utilização. Um inquérito revelou que os pescadores da vila sempre se recordam deste local como ponto de passagem do rio antes da construção da ponte barca/actual cais e da nova ponte.

A estrutura em questão é por nós interpretada como um pequeno cais. Encontra-se na margem direita, próximo do local onde desemboca um antigo caminho que sai da muralha medieval pela chamada *porta da ribeira*. Em frente a este cais, do outro lado da margem segue, de igual forma, um antigo caminho que se poderá relacionar com o troço de calçada romana que ligava Mértola à Mina de S. Domingos (Lopes, 2001). A reforçar esta ideia, temos o já referido depósito de ânforas de Além-Rio descoberto no início do século junto a este caminho na encosta que leva à margem indiciando um local de transvase de produtos chegados por via fluvial (Fabião, 1985).

A situação do cais neste ponto parece, no entanto, obedecer a uma lógica de condições propícias e que se apresenta como característica de *longue durée* do próprio rio. Na verdade, é aqui que desemboca a ribeira de Oeiras, cujo caudal provoca uma pequena baía na margem oposta e cria um troço de águas calmas mesmo em momento de grande cheia. Este facto leva a que este local tenha mantido ao longo do tempo, o seu papel de ponto de embarque e desembarque, não só na travessia do rio como na sua navegação.

Ainda nesta zona estudada que através de fontes documentais é representado uma área de acostagem bastante activa. Nestas gravuras e fotos, a distinção entre a concentração de embarcações e o seu número é bastante coerente.

Na gravura de Duarte D'Armas (Almeida, 1943, 33), do ano de 1510, surgem representados dois

barcos de três mastros e apenas uma pequena embarcação a montante da Torre do Rio como na Ribeira de Oeiras. (Fig. 7).

Nas plantas da Praça de Armas de Mértola, de 1755 (Torres e Silva, 1989, 8), um grande número de barcos localiza-se neste local e apenas um a norte da torre do Rio.

As diversas fotografias, de início do século, reforçam esta imagem de um constante e numeroso conjunto de barcos de médio porte aqui fundeados (Fig. 8).

Outro tipo de representações são as figuras gravadas na argamassa no torreão do castelo que por si só representam algo de significativo que neste porto tivesse sido avistado, certamente navios de grande porte (Torres e Silva, 1989, 112 e Viana, 1946, 34).

Este cais coloca-nos problemas de difícil interpretação. Na verdade apresenta-se actualmente submerso, só emergindo os níveis superiores da estrutura em períodos de baixa-mar. Sobre a estrutura antiga observa-se actualmente um bloco de cimento que eleva o nível da plataforma permitindo uma sobrevivência da utilização deste local para embarque e desembarque.

4. 2.-Um ponto de amarração (Fig. 9)

Ainda no âmbito da campanha de prospecções subaquáticas foi detectada, na encosta da margem direita, a jusante da Torre do Rio, dois locais onde se observam vestígios de amarração, um junto do rio e ainda em utilização e um outro numa rocha com um profundo entalhe e vestígios de polimento

possivelmente por desgaste de cabos. Este entalhe é de difícil interpretação. A rocha situa-se a uma cota alta, cerca de 8 m, para que se possa relacionar com a amarração de embarcações. Mesmo se pensarmos que, em momentos de grande caudal, as águas atingem com facilidade esse ponto, a força da corrente é tal nessas condições que o inviabilizaria.

Poderemos ainda referir que a observação da topografia do leito do rio, com afloramentos rochosos imersos até muito próximo da superfície, nos leva a admitir que uma aproximação ao porto de *Myrtilis* não era fácil. A esta situação acresce que os ventos encanados em meandros apertados, os assoreamentos súbitos junto à foz dos afluentes, e a força cíclica das suas águas são possíveis de evitar por quem as conhece com rigor.

5.-CONCLUSÕES

O rio Guadiana era sem dúvida a grande via que ligava Mértola ao litoral Atlântico e consequentemente ao Mediterrâneo. O movimento das marés faz-se ainda sentir ali, provocando uma oscilação no nível do rio de cerca de 2 m, o que não obistou, naturalmente, a que Mértola fosse «o porto fluvial mais a norte da grande estrada que era o Guadiana» (Boiça, 1994, 47).

Os dados expostos levam-nos a admitir que a acostagem de barcos se fazia nas duas margens, de onde partiam vias que ligavam este porto a um vasto território interior. Não nos parece que a carga e descarga de mercadorias se fizesse apenas na zona

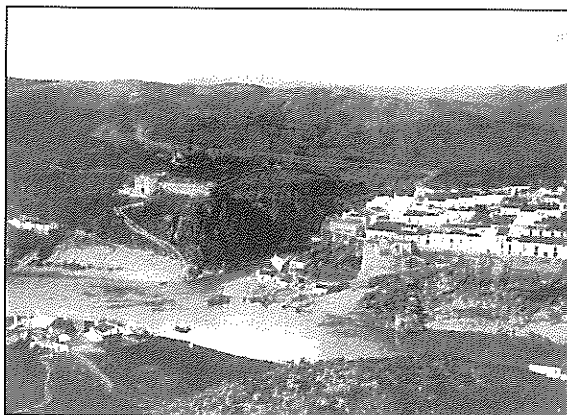


Fig. 8. Fotografia dos inícios do século XX



Fig. 9. Ponto de Amarração

da boca da ribeira. Pelas fotografias de inícios do séc. XX é-nos dado a observar que barcos de médio porte poderiam fundear junto às diversas praias existentes, nomeadamente na zona onde se situa o actual cais. A atestar esta hipótese poderemos relacionar não só o facto da existência de um depósito de ânforas na Rua Serrão Martins e possivelmente outro na base do actual mercado, mas também a uma ocupação romana existente extra-muros e ainda, um possível caminho que partia da porta de Beja, ladeava a sul a cerca da Arrochela e seguiria a pé-posto até à zona do actual cais.

Não cremos que tenha havido uma estrutura portuária bem definida no período romano, sendo a zona de confluência da ribeira de Oeiras com o Rio Guadiana, o local por excelência para os barcos acostarem, tendo como limite montante a Torre do Rio, ponto mais estreito do rio. De facto, essa é a zona do rio que ao longo do tempo reuniu melhores condições para a acostagem de embarcações como demonstram as gravuras de Duarte D' Armas, a Planta da Praça de Armas de Mértola e em fotografias do início do século XX.

A ligação do burgo ao rio deveria ser feita em período romano pela *porta da ribeira*. Esta, como é visível no desenho de Duarte D' Armas, era constituída por uma porta em cotovelo, encimada por um torreão. A demolição deste torreão dá-se nos meados do século XIX (Boiça, 1994, 59). Esta lógica funcional será apenas alterada nos anos 30 do século XX, quando se leva a cabo a construção do

actual cais e se abre uma estrada que liga esta estrutura portuária à vila. Com esta remodelação urbanística também o local de passagem do rio foi alterado. A construção do cais leva a que nas suas imediações se instale a *ponte barca* que vem substituir a velha travessia do Guadiana feita junto à Torre do Rio.

A ligação estreita entre o acesso do burgo e o rio está atestado por estruturas (um cais talhado na rocha e pontos de amarração), acrescendo-se o facto de aí se localizar uma zona de calmaria das águas do rio, reforçando a ideia de aqui se localizar um ponto muito provável de travessia

É ainda neste local que se encontram as duas maiores zonas de praia e de enseada que permitiriam, com mestres experientes (dada a dificuldade inerente das «armadilhas» do rio), um melhor local para o (des)carregar e proceder-se a pequenas manutenções nas embarcações.

Na margem oposta a Mértola iniciava-se a via para as minas de S. Domingos, que a par do depósito de ânforas de Além-Rio leva-nos a admitir que também a margem esquerda do Guadiana tenha servido para local de acostagem dos barcos e de armazenamento e comercialização de produtos.

Os dados apresentados reafirmam a importância de Mértola como entreposto comercial de produtos entre o Baixo-Alentejo e a bacia do Mediterrâneo e provam que o urbanismo em época romana estava estruturado numa ligação directa ao rio e à intensa actividade portuária.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, J., 1985: Sobre a romanização do Alentejo e Algarve, *Arqueologia*, 11, 99-111, Porto.
- ALMEIDA, F., 1976: As ruínas da chamada ponte romana de Mértola (Portugal), *Madrider Mitteilungen*, 17, 295-300, Mainz.
- ALMEIDA, J. DE, 1943: *Livro das Fortalezas de Duarte D'armas*, Editorial Império, Lisboa.
- FARIA, A., 1995: Moedas de época romana cunhadas em território português, *La Moneda Hispánica Ciudad y territorio*, Anexos de Archivo Español de Arqueología CSIC, XIV, Sociedade Portuguesa de Numismática 141-153, Madrid.
- ARRUDA, A., Barros, P. e Lopes, V: Cerâmicas áticas de Mértola, *Conimbriga*, 121-149, Coimbra.
- BLOT, M. L., 1998: Mar, Portos e Transportes no Alentejo, *Arquivos de Beja*, 7-8, Série III, 145-147, Beja.
- BOIÇA, J., 1994: Topografia Histórica de Mértola, *Revista de Arqueologia Medieval*, 3, C.A.M., 47-51, Mértola.
- CARDOSO, M., 1971: *Antiguidades da Lusitânia de André de Resende: Tradução e Notas*, Dissertação Final do Curso de Filologia Clássica, Lisboa.
- CASTELO-BRANCO, F., 1958: Do tráfego fluvial e da sua importância na economia portuguesa, sep. *Boletim da Sociedade de Geografia*, Lisboa.
- COELHO, A., 1992: Sobre Mértola e o Guadiana, *Arqueologia Medieval*, 1, 203-208, Mértola.
- COSTA, A., 1980: A navegabilidade do Rio Guadiana, *Anais do Clube Militar Naval*, 110, 61-182, INIC, Lisboa.
- DELGADO, M., 1992: Cerâmicas romanas tardias de Mértola originárias do Médio Oriente, *Arqueologia Medieval*, 1, 125-135, Mértola.
- ENCARNAÇÃO, J. d', 1984: Inscrições Romanas do Convento Pacensis, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras, Coimbra.
- FABIÃO, C., 1987: Ânforas romanas republicanas de um depósito de Mértola, *O Arqueólogo Português*, série IV, 5, 149-160, Lisboa.
- GUERRA, A., 1995: *Plínio-o-Velho e a Lusitânia*, Edições Colibri, Lisboa.
- LUÍS, L., 2000: *As cerâmicas campanienses de Mértola*, Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, [policopiado].
- LOPES, V., 1993: Os materiais arqueológicos, *Basilica Paleocristã*, Museu de Mértola, 67-99, Mértola.
- LOPES, V., 1999: A necrópole da Achada de S. Sebastião, *A necrópole e ermida da Achada de S. Sebastião*, 95-96 Mértola.
- MACIEL, J., 1996: O livro V do «De Architectura» de Vitruvio, *Homenagem ao Professor Bairrão Oleiro*, Edições Colibri, 285-329, Lisboa.
- MAIA, M., 1986: *Castella do Sul de Portugal*, *Madrider Mitteilungen*, 27, 195-223, Mainz.
- MAIA, M., E. MAIA, M., 1996: Os castella do Sul de Portugal e a Mineração da Prata nos Primórdios do Império, *Mineração do Baixo Alentejo*, 61-81, CMCV, Castro Verde.
- OLIVEIRA, T. DE E OLIVEIRA, V., 1996: Síntese da geologia da faixa piritosa, em Portugal, e das principais minerações associadas, *Mineração do Baixo Alentejo*, 8-27, CMCV, Castro Verde.
- RAPOSO, A., 1947: *Contribuição para o estudo do regime dos rios portugueses* Lisboa.
- SÁ, B. DE, 1904: Explorações arqueológicas em Mértola, *O Archeologo Português*, X, 96-98, Lisboa.
- SIMPLÍCIO, C., BARROS, P. E GARCIA, C., 1999: Prospecções arqueológicas no rio Guadiana - Porto de Mértola, *Almadan*, II, 8, 54-62, Almada.
- TORRES, C., E. SILVA, L. 1989, *Mértola Vila Museu*, CAM, Mértola
- TORRES, C., E. OLIVEIRA, C., 1987: O criptopórtico-cisterna da Alcáçova de Mértola, *II Congreso de Arqueologia Medieval Española*, tomo II, 618-626, Madrid.
- TORRES, C., 1993. Povoamento antigo mo baixo Alentejo, Alguns problemas di topografia histórica, *Arqueologia Medieval*, nº1, 189-202 Mértola
- VALENTE, J. P. et alli, 1982: Ara votiva de Mértola, *Ficheiro Epigráfico*, 1, 3-5, Coimbra.
- VÁSCONCELOS, J. L., 1904: Explorações arqueológicas em Mértola, *O Archeologo Português*, X, 95-96, Lisboa.
- VEIGA, E. DA, 1880: *Memória das Antiguidades de Mértola*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa.
- VIANA, A., 1946: «Pelo Baixo Alentejo», *Arquivo de Beja*, 3, 3-36, Beja.
- VIANA, A., 1947: A «ponte-cais» de Mértola, *Arquivo de Beja*, 4, 25-35, Beja.
- VITERBO, S., 1988: *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*, vol. 1,